

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 22.269.2016-80

ENTIDADE: Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre e Capixaba - CONDIAC

NATUREZA: Tomada de Contas

OBJETO: Tomada de Contas em face da não apresentação da Prestação de Contas do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre e Capixaba - CONDIAC, exercício de 2014.

RESPONSÁVEL: Humberto Gonçalves Filho

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

ACÓRDÃO Nº 10.264/2017

PLENÁRIO

EMENTA: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. NÃO APRESENTAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. IRREGULARIDADE. ARTIGO 51, III, A E B, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 38/93. MULTA. CABIMENTO. GESTOR DO CONSÓRCIO. REMESSA DE CÓPIA DO ACÓRDÃO AOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES.

1. Diante da não apresentação da Prestação de Contas do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre e Capixaba - CONDIAC, considerando o previsto na Resolução-TCE n. 87, de 28-11-2013 e após diligências, aplica-se o artigo 51, III, a e b, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, sendo cabível ainda a devolução dos recursos públicos repassados e sobre os quais o ex-gestor não prestou contas, bem como o pagamento de multa, nos termos do artigo 89, II, do mencionado diploma legal.

2. Tratando-se de Consórcio, cujos integrantes decidiram extingui-lo, cabível a remessa de cópia do Acórdão aos respectivos Chefes dos Executivos Municipais, em especial ao **SR. JOÃO SEBASTIÃO FLORES DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE EPITACIOLÂNDIA**, escolhido Presidente Interino do Consórcio, para adoção das providências necessárias ao ressarcimento ao erário dos Municípios.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1) JULGAR IRREGULAR** as contas do **CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL DO ALTO ACRE E CAPIXABA - CONDIAC**, relativa ao exercício de 2014, de responsabilidade de seu então Presidente, **SR. HUMBERTO GONÇALVES FILHO**, nos termos do artigo 51, inciso III, alíneas “a” e “b”, da Lei Complementar Estadual n. 38/93, em razão da não

Processo TCE n.º 22.269.2016-80

Pág. 1 de 10

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

apresentação da prestação de contas da Unidade; **2) CONDENAR o SR. HUMBERTO GONÇALVES FILHO** à devolução aos cofres dos **MUNICÍPIOS DE BRASILEIA, CAPIXABA, ASSIS BRASIL, EPITACIOLÂNDIA e XAPURI, no prazo de 30 (trinta) dias**, do valor total de **R\$ 414.037,60 (quatrocentos e catorze mil trinta e sete reais e sessenta centavos)**, referente aos recursos recebidos e sobre os quais não houve Prestação de Contas, conforme previsto no *caput* do artigo 54 da LCE n. 38/93; **3) CONDENAR o SR. HUMBERTO GONÇALVES FILHO** ao pagamento de **multa** no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor a ser devolvido, o que equivale a **R\$ 41.403,76 (quarenta e um mil quatrocentos e três reais e setenta e seis centavos)**, proporcional ao montante repassado por cada Município, nos termos do artigo 88 da Lei Complementar Estadual n. 38/93; **4) FIXAR a multa**, prevista no artigo 89, inciso II, da LCE n. 38/93 combinado com o artigo 139, inciso II, do Regimento Interno do TCE/AC (Resolução n. 30/96), ao **SR. HUMBERTO GONÇALVES FILHO**, no valor equivalente a **R\$ 14.280,00 (catorze mil, duzentos e oitenta reais)**, em razão da falha apurada, considerando o efeito pedagógico, bem como os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, no prazo de 30 (trinta) dias; **5) REMETER** cópia do Acórdão aos Prefeitos Municipais de **BRASILEIA, CAPIXABA, ASSIS BRASIL, EPITACIOLÂNDIA e XAPURI**, para conhecimento, em especial ao **SR. JOÃO SEBASTIÃO FLORES DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE EPITACIOLÂNDIA**, escolhido Presidente Interino do Consórcio, para adoção das providências necessárias ao ressarcimento ao erário dos Municípios, considerando a extinção do Consórcio, e **6) REMETER** os autos ao **ARQUIVO**, após as formalidades de estilo.

Rio Branco - Acre, 27 de abril de 2017.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Presidente do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Conselheira-Substituta **MARIA DE JESUS CARVALHO DE SOUZA**

Fui presente:

MARIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC